

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O assoreamento da barra de Esposende já provocou vários acidentes com embarcações que a tentavam atravessar. A insegurança naquela zona da embocadura do rio Cávado leva a que a barra esteja encerrada durante muitos dias do ano. Esta situação causa prejuízos avultados para os profissionais da pesca e as suas famílias, já que estes ficam impedidos de sair para o mar, vendo reduzidas suas possibilidades de pesca mesmo em dias em que existem condições climáticas adequadas para a faina.

Em 2019, foi publicada a Resolução da Assembleia da República n.º 143/2019, de 22 de agosto, que recomenda ao Governo, no seu n.º 2, que «*mobilize os recursos financeiros necessários para proceder à execução das medidas necessárias para garantir a melhoria das condições da Barra de Esposende*». Passado mais de um ano da publicação deste diploma, não é conhecida qualquer intenção de o Governo disponibilizar verbas para resolver os problemas de navegabilidade da barra de Esposende.

O deputado José Maria Cardoso, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, reuniu no dia 17 de novembro de 2020 com a Associação de Pescadores Profissionais do concelho de Esposende para identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos pescadores da região e trabalhar, conjuntamente, em soluções para as resolver.

Um dos principais problemas identificados pelos profissionais da pesca representados por aquela associação foi, mais uma vez, a falta de condições de navegabilidade na foz do Cávado. É uma situação que persiste há décadas. Decorre não só da inação dos sucessivos governos, incluindo o atual, mas também da intensa dinâmica sedimentar da costa portuguesa. É por isso natural que sejam necessárias dragagens recorrentes e que salvaguardem os valores ambientais ali presentes.

Não se compreende, por isso, a concessão sistemática dos serviços de dragagens a privados que lucram milhões de euros com a necessidade frequente de dragagens no país e que poderão não ter as mesmas preocupações ambientais que o Estado deve ter. O Bloco de Esquerda

entende que a resposta para esta problema passa pela criação de uma empresa pública de dragagens.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Mar, as seguintes perguntas:*

1. Vai o Governo garantir o cumprir o disposto no n.º 2 da Resolução da Assembleia da República n.º 143/2019, de 22 de agosto?
2. Calendarizou o Governo uma data para o início dos trabalhos de desassoreamento da barra de Esposende?
  - 2.1 Em caso afirmativo, qual é a data prevista?
  - 2.2 Como vai o Governo salvaguardar os valores ambientais da foz do rio Cávado durante e após a intervenção?
  - 2.3 Em caso negativo, por que motivo(s) não planeou o Governo o desassoreamento da barra de Esposende?
3. Considerando a necessidade recorrente de desassoreamento de barras e portos nacionais e de se salvaguardar os valores ambientais das zonas intervencionadas, está o Governo disponível para criar uma empresa pública de dragagens para suprir de modo satisfatório e adequado estas necessidades?

Palácio de São Bento, 8 de janeiro de 2021

Deputado(a)s

JOSÉ MARIA CARDOSO(BE)

ALEXANDRA VIEIRA(BE)